



Observatório da Oposição

11 DE MARÇO · RELATÓRIO SEMANAL Nº 40

Petrobras manipula preços de insumos e ameaça quebrar refinarias privadas



SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221



DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

TRABALHO

3

CULTURA

4

MEIO AMBIENTE

5

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

1 ECONOMIA

Petrobras manipula preços de insumos e ameaça quebrar refinarias privadas

Empresa é alvo de denúncia por prática de preços diferenciados na venda de petróleo para seus próprios complexos de refino, prejudicando a concorrência

Síntese

- Refinarias privadas apresentam indícios de que a Petrobras esteja praticando preços diferenciados na venda de petróleo para seus próprios complexos de refino, prejudicando a concorrência justa.
- A conduta da Petrobras pode ser considerada o exercício abusivo de posição dominante, considerando que detém o controle de mais do que 20% da capacidade de refino e produção de petróleo do Brasil.



- A condução monopolística da Petrobras e suas práticas antieconômicas podem reduzir os investimentos no setor de refino no Brasil, tornando-o mais dependente da estatal, o que é indesejável tanto em termos de preços quanto de avanço tecnológico, afetando a segurança energética do país.
- A proposta de reaquisição da Refinaria de Mataripe e a tentativa de reverter o Acordo de Compromisso de Cessação com o Cade ensejam um cenário de maior concentração do setor de refino na Petrobras.

Análise

- Refinarias privadas têm criticado a Petrobras, acusando-a de prejudicar a concorrência e explorar sua posição dominante no mercado desde o in cio do governo Lula.
- As refinarias privadas alegam que a Petrobras estaria privilegiando suas próprias unidades de refino ao praticar preç os mais baixos na venda de petróleo. Em solicitação de medida preventiva submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econ mica (Cade), demonstram que a diferenç a m dia estaria em US\$ 7 por barril de petróleo e, em alguns casos, foram identificados preç os até 10% superiores aos oferecidos para as refinarias pertencentes à própria Petrobras.

“A Petrobras é, ao mesmo tempo, produtora de petróleo e concorrente das refinarias privadas porque tem as suas próprias refinarias. Ela transfere o petróleo da parte de extração para a parte do refino a um preç o e condições melhores do que ela faz para as refinarias privadas, quando vende. Isso é uma prática anticompetitiva.”

Evaristo Pinheiro, presidente da Refina Brasil, em entrevista ao portal Metr poles.

- A estatal petrolífera det m aproximadamente 80% da capacidade de refino no território nacional e mais de 93% da produção total de petróleo do país sob sua responsabilidade, de acordo com dados da Associação Brasileira de Refinadores Privados (Refina Brasil).



- O especialista no setor de Óleo e Gás, Adriano Pires, endossa a posição e propõe que tal comportamento seja objeto de sanção por parte do Cade.

“A Petrobras, hoje, é um poder dominante na produção do petróleo brasileiro. Se uma refinaria privada, seja qual for, tiver que comprar petróleo lá fora, ela vai pagar mais caro. Esse posicionamento da Petrobras é uma prática que o Cade deveria punir..”

Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

- De acordo com a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, a posição da Petrobras pode ser enquadrada como dominante no setor, considerando que detém o controle de mais de 20% do mercado.

Art. 36. [...]

§ 2º Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

- Nesse contexto, os atos comerciais da estatal devem observar uma série de requisitos para que não configurem infração da ordem econômica. Na análise do caso, detectam-se possíveis violações dos incisos X e XV do § 3º do art. 36, que proíbem discriminação de adquirentes ou fornecedores através de preços diferenciados e a venda de produtos ou serviços abaixo do custo.

Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;

II - dominar mercado relevante de bens ou serviços;

III - aumentar arbitrariamente os lucros; e

IV - exercer de forma abusiva posição dominante.

§ 3º As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no caput deste artigo e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica:

[...]

X - discriminar adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, ou de condições operacionais de venda ou prestação de serviços;

[...]

XV - vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo;

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

- A condução da Petrobras com inclinações monopolísticas e a adoção de práticas antieconômicas provavelmente resultarão em uma redução dos investimentos no setor de refino no Brasil, os quais ficarão dependentes da estatal. Este cenário, sem dúvida, é indesejável tanto do ponto de vista dos preços praticados quanto do avanço tecnológico de um setor que exerce influência direta sobre a segurança energética do país.

“O acesso amplo e isonômico ao petróleo nacional por refinadores nacionais é hoje, sem dúvida nenhuma, a principal condição para a construção de ambiente competitivo no refino e, como consequência, para atração de investimentos ao setor e segurança energética do país.”

Acelen, ao Valor Econômico

“Há regras de mercado que deveriam ser sempre respeitadas. Você não pode deixar a política prevalecer sobre a racionalidade econômica. Se o Cade não se manifestar a favor do pleito da Refina Brasil, teremos uma instituição que estará se curvando a um desejo de um monopolista. Isso é muito ruim porque cria instabilidade regulatória. Como se vai atrair investimentos para o Brasil nesse contexto?”. “Isso não afeta apenas o setor de refino, mas a economia brasileira como um todo. É muito grave”.

Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

- A condição temerária do setor de refino no Brasil adquire maior urgência devido à proposta de compra da principal refinaria privada, a Refinaria de Mataripe, atualmente de propriedade da Acelen, empresa controlada pelo fundo árabe Mudabala. Em suma, a Petrobras estaria eliminando o seu principal crítico em relação a práticas antieconômicas no setor de refino, aumentando ainda mais a vulnerabilidade dos demais concorrentes de menor porte.
- Além disso, destaca-se a iniciativa da Petrobras de reverter o Acordo de Compromisso de Cessação (TCC) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), destinado a fomentar a competição no setor de refino. A mudança na composição do Cade apresenta um cenário favorável para a Petrobras, indicando uma provável revisão dos acordos estabelecidos no TCC e reavaliação dos desinvestimentos da empresa estatal no setor.

2 TRABALHO

Oposição tem primeira vitória no Senado para impedir a volta do imposto sindical

Bloco obstrui pauta na Comissão de Assuntos Sociais para garantir votação de projeto que regulamenta o direito de oposição de trabalhadores, impedindo ameaças e constrangimentos promovidos por sindicalistas

Na última quarta-feira, dia 06, os parlamentares da Oposição obstruíram a pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) requerendo o avanço do Projeto de Lei 2099/23, o qual regulamenta o direito à oposição do trabalhador referente à contribuição assistencial.

O PL 2099/23 é um projeto de autoria do senador Styvenson Valentim (Podemos/RN) que altera o Art. 578 da CLT, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e de profissionais não sindicalizados.



O projeto de lei regulamenta o direito de oposição de trabalhadores, conforme previsto pelo Supremo Tribunal Federal, evitando as conhecidas manobras de direcionamento realizadas pelos sindicatos com obstruções, ameaças e constrangimentos quando da tentativa de exercício do direito pelos não sindicalizados.

Em outubro de 2023, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o relatório favorável ao projeto, emitido pelo senador Rogério Marinho (PL/RN), líder da Oposição no Senado. Porém, de imediato, o projeto foi enviado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e distribuído ao senador Paulo Paim (PT/RS) para emissão de relatório, mas até o momento se manteve inerte, levando a Oposição a utilizar do seu direito de obstrução na Comissão, tendo em vista a demora de apresentação do parecer e votação do projeto de lei.

“Nós estamos aqui fazendo um processo de obstrução que é legítimo e previsto dentro do regimento da Casa. E esse processo de obstrução se dá justamente pela negação de se votar um tema que impacta a vida de milhões de brasileiros por todo o país, que são aqueles que contribuem para o sustento da nação, para o crescimento da nação, quer dizer, mais de 40 milhões de trabalhadores celetistas que hoje são obrigados a fazer uma contribuição assistencial sem direito à oposição.”



Rogério Marinho, líder da Oposição no Senado

O projeto de lei beneficiará os trabalhadores no exercício do direito de oposição, que atualmente enfrentam diversos empecilhos criados pelos sindicatos. Isto porque, mesmo através de acordos ou termos de ajuste de

conduta, o trabalhador está exposto a situações vexatórias - inclusive com relatos de que, na tentativa de exercício ao direito a oposição, sindicatos utilizam de data e hora marcada para que trabalhadores sejam vaiados em auditórios cheios.

O entendimento do STF, sem os devidos parâmetros, vem afetando os trabalhadores mais leigos, e conseqüentemente com menor estimativa de renda. Não há parâmetros estabelecidos para o exercício do direito à oposição, além do que alguns trabalhadores desconhecem o direito e por vezes, de forma tácita, estão despendendo valores que deveriam estar sendo utilizados para o sustento de sua família.



3 CULTURA

Lula constrange artistas ao condicionar verbas da Lei Rouanet a luta pelo PT

Oposição no Senado pede abertura de investigação contra o petista na Procuradoria-Geral da República e no TCU por improbidade administrativa, eleitoral e criminal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra-se no centro de um pedido de investigação por possíveis ilícitos - improbidade administrativa, eleitoral e criminal - durante a abertura da 4ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília no dia 4 de março de 2024.

O senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da Oposição no Senado, protocolou requerimento junto à Procuradoria-Geral da República e ao Tribunal de Contas da União destacando elementos do discurso de Lula que levantam graves preocupações. Durante a abertura do evento, o petista, ao quebrar protocolo de não ler a nominata e convidar a ministra Margareth Menezes para o púlpito, fez declarações antirrepublicanas sérias.

No discurso, Lula afirmou ter destinado mais recursos à cultura do que nos últimos 10 anos no país. Além disso, discorreu sobre os comitês culturais em cada capital de Estado, expressando a intenção de enraizar na sociedade os valores do governo petista. Lula instou os artistas beneficiados pelos recursos públicos a engajarem-se na promoção de valores políticos e conclamou todos a uma "luta política" em defesa das causas que acreditam.

“A terceira coisa importante que eu queria dizer para vocês é porque eu fiz campanha dizendo que a gente ia fazer conferências estaduais, comitê cultural em cada capital desse país. Eu não esqueci. Todo dia que eu conversava com o Margareth, eu falava: ‘Margareth, me explique como é que está os meus comitês culturais. Eu quero saber.’”

“Porque a única possibilidade da gente evitar que um dia volte alguém para destruir é se a gente enraizar aquilo que a gente acredita no meio do povo, no seio do povo, nas entranhas da sociedade. A cultura não pode ser uma coisa do presidente da República, uma coisa da ministra da Cultura, ou uma coisa de um ou outro artista. A cultura, ela tem que estar nas entranhas. Sobretudo das pessoas mais humildes, das pessoas mais pobres, que muitas vezes não têm acesso à cultura que a gente faz.”

“Uma coisa que nós temos que pensar muito direito e a cultura pode ajudar muito. Cada artista brasileiro, do mais desconhecido artista, mas cada artista brasileiro, homem ou mulher, daqui para frente tem obrigação de tentar colocar um pouco de política na cabeça das pessoas. Tentar preparar as pessoas adequadamente para as pessoas enfrentarem as adversidades. É importante as pessoas saberem o que está acontecendo nesse país, o que está acontecendo no mundo.” diz Lula.



O senador Rogério Marinho, líder da Oposição no Senado, expressou preocupação com o uso da máquina pública para tutelar interesses privados e partidários, em desvio de finalidade e violação dos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade da Administração Pública. O pedido de investigação apresentado à PGR e ao TCU destaca a utilização de leis e de um programa cultural custeado pelo erário para obter capital político, enraizar valores partidários e projetos de poder.

“Nós estamos falando aqui de um sistema que passa a ter um centralismo e um dirigismo. Que me causa uma certa preocupação, é evidente, uma visão de mundo. É uma postura estratégica da esquerda brasileira de querer definir de forma ideológica de que forma, de que maneira a cultura será implementada como se ela fosse uma roupa a ser vestida em qualquer brasileiro ou em qualquer rincão do nosso país, independente do seu tamanho, da sua largura ou da sua pluralidade.

O que nós temos receios, senhor presidente, é que nós tenhamos uma repetição, por exemplo, do que aconteceu com a AGU, quando criou uma espécie de Ministério da Verdade para definir o que é fake news, dentro da visão do governo, quando algum cidadão tem a audácia, tem a ousadia de questionar uma política pública e ser penalizado por ela. A pluralidade, a diversidade, o tamanho, a complexidade do nosso país deveria permitir que houvesse liberdade nessa criação cultural, e não esse dirigismo que caracteriza os regimes de esquerda.

Não teria nenhuma dificuldade em fomentar em dar os meios, em dar as condições, democraticamente, para que a cultura pudesse, ou possa, né, se manifestar de maneira livre, de maneira absolutamente tranquila em todos os rincões do país. Mas tenho enormes preocupações em permitir que um governo, qualquer que seja ele, principalmente um governo com as características deste governo, detendo as mãos, a for-

matação da cultura que lhe interessa. Nós tivemos recentemente no Conai uma demonstração desse tipo de intolerância. Pessoas que pensam diferente foram escorraçadas, foram impedidas de se manifestar, receberam agressões e palavras de ordem e não tiveram a oportunidade de colocar os seus posicionamentos.”

Rogério Marinho, na tribuna do Senado

Diante dessas considerações, Rogério Marinho solicitou à PGR e ao TCU a adoção das providências necessárias para instaurar um procedimento investigatório sobre os fatos noticiados na reportagem e divulgados na página oficial da Presidência da República.

Este requerimento levanta sérias questões sobre a conduta do Presidente durante o evento e destaca a importância de esclarecimentos em relação ao uso de recursos públicos para fins políticos. O desenrolar desta investigação promete lançar luz sobre a legalidade e a ética nas ações do mais alto representante do país.



MEIO AMBIENTE

Sonia Guajajara desrespeita Congresso, se nega a prestar informações e tenta transformar ministério em caixa-preta

Ministra dos Povos Indígenas vira alvo de pedido de impeachment da Oposição no Senado por condutas que violam a Constituição

Quinze senadores protocolaram pedido de impeachment contra a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, na última quarta-feira (6), por crime de responsabilidade.

Eles apresentaram denúncia à Procuradoria-Geral da República contra a ministra por descumprimento das obrigações constitucionais. A representação destaca que a ministra ignorou prazos para responder requerimentos parlamentares, configurando crime de responsabilidade.



Estadão

A denúncia, respaldada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, destaca a legitimidade dos denunciantes e aponta a conduta contumaz da ministra em não atender às demandas do Parlamento. Os senadores argumentam que a recusa em prestar informações configura violação do art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

A ministra é acusada de ignorar prazos constitucionais para responder a diversos requerimentos de informação, demonstrando, segundo os parlamentares, menosprezo pela legislação vigente. A denúncia ressalta a importância dos Ministros de Estado serem exemplo e cumprirem as leis.

Os fatos imputados à ministra incluem a resposta tardia ou ausência de resposta a, ao menos, sete requerimentos. Segundo os parlamentares tais condutas configuram crimes de responsabilidade, passíveis de perda do cargo.

A fundamentação jurídica se baseia na Constituição Federal e na Lei nº 1.079/50, que tipificam como crime de responsabilidade a recusa em prestar informações ao Parlamento. A denúncia destaca a gravidade da situação, apontando que a Ministra prejudica a harmonia entre os poderes e desrespeita o Estado Democrático de Direito.



Os senadores solicitam ao Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, que receba a denúncia e a encaminhe ao Supremo Tribunal Federal, pois o processo de impeachment de Ministros de Estado deve ser instruído e julgado pelo STF. É de suma importância a ação para o fortalecimento das instituições nacionais e a restauração da confiança da sociedade nas autoridades.

O documento foi assinado pelos senadores Ciro Nogueira, Marcos Pontes, Damares Alves, Magno Malta, Marcos Rogério, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Rogério Marinho, Tereza Cristina, Jorge Seif, Plínio Valério, Eduardo Girão, Luis Carlos Heinze, Carlos Portinho e Flávio Bolsonaro.

Guajajara, por sua vez, enfrenta pressão crescente devido à situação crítica dos yanomamis, que o ex-presidente Lula prometeu resolver, alegando negligência do governo Jair Bolsonaro.

A ministra, em resposta à piora do quadro yanomami, afirmou que um ano "não foi suficiente" para resolver todas as questões relacionadas aos indígenas. Entretanto, a situação ficou ainda mais longe de se resolver após o primeiro ano de gestão petista. Foram 363 yanomamis mortos em 2023, ante 343 em 2022.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lula faz chacota com perseguição de Maduro a adversários políticos

Petista ironiza lideranças de direita que tiveram direitos cerceados na Venezuela e tenta ajudar aliado a continuar no poder, agora sob o disfarce de uma eleição democrática

O presidente Lula comentou as eleições presidenciais na Venezuela, sugerindo que a principal candidata da oposição a Nicolás Maduro, impedida de participar do pleito, indique um outro nome "ao invés de ficar chorando". Mais: defendeu a "lisura" do processo eleitoral do país vizinho, reconhecido internacionalmente por denúncias de fraude e perseguições a adversários da esquerda.

As eleições presidenciais da Venezuela estão marcadas para o dia 28 de julho, data de nascimento do ex-ditador Hugo Chávez, que ficou no poder entre 1999 e 2013 - quando morreu e foi sucedido por Maduro, seu afilhado político. Tradicionalmente, as eleições no país acontecem em dezembro.

Maduro já se apresentou como candidato à reeleição, mas não está claro quem será seu adversário no pleito após a Suprema Corte do país manter a decisão que impede María Corina Machado, que venceu com folga as primárias da oposição em outubro, de ocupar cargos públicos. O veto à candidata provocou a restauração de sanções impostas à Venezuela pelos Estados Unidos.

O presidente Lula disse que ficou feliz com a escolha da data para a eleição presidencial na Venezuela. Questionado se acreditava que a eleição seria justa, o petista afirmou ter recebido informações de que observadores internacionais serão convidados para monitorar o pleito: "O que eles me disseram, da reunião que tive na Celac [Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos], é que vão convidar olheiros do mundo inteiro. Mas se o candidato da oposição tiver o mesmo comportamento que o nosso aqui, nada vale", ironizou.



Não há candidatos para concorrer à presidência. Maria Corina Machado, líder da oposição no país, foi impedida de registrar a candidatura depois que autoridades eleitorais da Venezuela mantiveram, em janeiro, sua inelegibilidade por 15 anos. No início de fevereiro, a ativista Rocío San Miguel, outra cotada para a disputa, foi presa pelo governo Maduro sob acusações de terrorismo e traição à pátria.

Mesmo sabendo que não existem candidatos na oposição, Lula defendeu a realização de eleições na Venezuela e pediu presunção de inocência a Maduro. Em evento com o presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez, o petista afirmou: "A gente não pode já jogar dúvida antes de as eleições acontecerem. Porque aí começa a ter discurso de prever que vai ter problema. Nós temos que garantir a presunção de inocência até que haja a eleição para que a gente possa julgar se foi democrática, decente", completou o presidente.

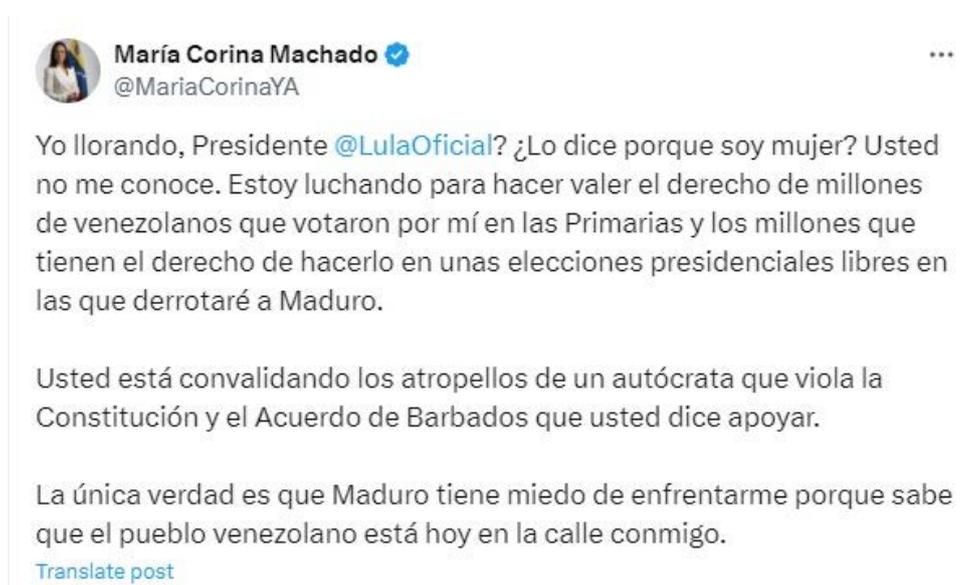
Lula demonstrou dar um voto de confiança ao aliado venezuelano e comparou a situação de Maria Corina à sua em 2018, quando estava preso, condenado a 12 anos de prisão no âmbito da Operação Lava Jato. "Eu fui impedido de concorrer em 2018. Em vez de ficar chorando, eu indiquei outro candidato", disse Lula, se referindo a Fernando Haddad, seu atual ministro da Fazenda, que foi derrotado.

Maria Corina, que está impedida de concorrer contra Maduro, rebateu a analogia feita por Lula sobre a impossibilidade de que ela se candidate para as eleições presidenciais.

“Eu chorando, Presidente @LulaOficial? O senhor diz porque sou mulher? O senhor não me conhece. Estou lutando para fazer valer o direito de milhões de venezuelanos que votaram por mim nas primárias e os milhões que têm direito de votar em umas eleições presidenciais livres nas quais derrotarei o Maduro.

O senhor está validando os atropelos de um autocrata que viola a Constituição e o Acordo de Barbados, que o senhor diz apoiar.

A única verdade é que Maduro tem medo de me enfrentar porque sabe que o povo venezuelano está hoje na rua comigo.”, escreveu Corina no X.



O ex-líder da oposição venezuelana Juan Guaidó afirmou, em entrevista à CNN, que as declarações feitas por Lula são graves e lamentáveis. Para ele, concordar que Maria Corina seja impedida de concorrer à presidência, seria “a eliminação de uma liderança escolhida por milhões de venezuelanos em eleições primárias reconhecidas amplamente pela oposição”.

“Não existe algo de democracia. Ou existe democracia, ou não existe democracia. Há uma relativização sistemática dos direitos humanos e da democracia na Venezuela em declarações do presidente Lula. É lamentável”, avaliou Guaidó.

Senadores da oposição se pronunciaram em repúdio às declarações feitas pelo presidente Lula.



Flavio Bolsonaro @FlavioBolsonaro · Mar 6

Eleição sem oposição é só um fragmento da democracia relativa que Lula busca também no Brasil.



Sergio Moro @SFMoro · Mar 6

Lula, ao invés de apoiar eleições livres na Venezuela, endossa a arbitrária inabilitação de @MariaCorinaYA. Nunca a diplomacia presidencial brasileira atingiu níveis tão baixos como nesse Governo.

Rogério Marinho reposted



Rogério Marinho @rogeriosmarinho · Mar 6

Lula zomba da luta por democracia na Venezuela e evidencia sua convivência com a tirania e a opressão do aliado ditador. O autoritarismo é uma das características do PT, que não aceita o contraditório e a oposição. #PadrãoPT



Lula sobre eleições na Venezuela: "Se oposição for como a daqui, nada vale"

Lula menospreza a democrática luta da oposição na Venezuela

A imprensa também destacou a repercussão negativa da fala do presidente.

No 'WW' da CNN Brasil, William Waack foi incisivo. "O Brasil está contribuindo para acabar com a ditadura na Venezuela ou está ajudando o regime venezuelano a continuar, mas, agora, vestindo um disfarce de eleição democrática? A julgar pelo que disse o presidente Lula, o Brasil está ajudando Maduro a vestir a fantasia", analisou.

No 'Três em Um' da Jovem Pan News, o comentarista Alan Ghani engrossou a crítica. "Lula tem afinidade ideológica com Maduro, ele realmente acredita nesse modelo. Se ele pudesse, implementaria aqui no Brasil um regime socialista."

Caio Coppolla também se manifestou contra a postura do petista em 'O Grande Debate', na CNN Brasil. "Lula da Silva mais uma vez revela seu absoluto descaso com as pautas da liberdade e da democracia", afirmou.